



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Setembro/2018



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

**Concurso Público para provimento de vagas de  
Consultor Técnico-Legislativo  
Categoria Analista de Sistemas – Área 4**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C35', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA  
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**O tempo nos nossos tempos**

*O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos nossa rotina diária. Reconhecemos, é verdade, que os nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças, fazer segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que mal nos damos conta. Também podemos reconhecer o fato de diferentes sociedades (ou mesmo diferentes subgrupos) cultivarem sentidos de tempo bem distintos.*

*Na sociedade moderna, muitos sentidos distintos de tempo se entrecruzam. Os movimentos cíclicos e repetitivos (do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares e aberturas de temporadas esportivas) oferecem sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido.*

*Quando o sentido do tempo como progresso é ameaçado pela depressão ou pela recessão, pela guerra ou pelo caos social, podemos nos reassegurar (em parte) com a ideia do tempo cíclico como um fenômeno natural a que devemos forçosamente nos adaptar ou recorrer a uma imagem ainda mais forte de alguma propensão universal estável, como contraponto perpétuo do progresso. E, em momentos de desespero ou de exaltação, quem entre nós consegue impedir-se de invocar o tempo do destino, do mito, dos deuses?*

(HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993, p. 187-188)

1. Em relação ao sentido do tempo, deve-se notar que
  - (A) prevalece o senso comum de que o tempo é cíclico e relativo, não cabendo arbitrar nada de decisivo em relação a ele.
  - (B) persiste, do início da história humana aos nossos dias, a ideia de que a passagem do tempo oferece em si mesma uma sensação de segurança.
  - (C) se atribui aos eventos ritualísticos a propriedade de negar o sentido do tempo como movimento cíclico ou repetitivo.
  - (D) conceitua-se na física o tempo como um fenômeno complexo, haja vista as perspectivas em disputa.
  - (E) se abandonou, modernamente, a visão antiga pela qual se atribuía ao tempo o poder mítico de consolar-nos de nossas dores.

---

2. Afirma-se,
  - (A) no primeiro parágrafo, que a percepção rotineira que temos do tempo pode ser enganosa, uma vez que ela se estabelece segundo disposições subjetivas.
  - (B) no segundo parágrafo, que, apesar da modernidade, prospera uma compreensão do tempo que o torna o avesso de um progresso linear.
  - (C) no terceiro parágrafo, que os momentos históricos de depressão ou recessão econômica propiciam maior objetividade na compreensão do tempo.
  - (D) nos dois primeiros parágrafos, a ideia essencial de que o tempo é um fenômeno simples e natural, apesar de nossas percepções em contrário.
  - (E) nos dois últimos parágrafos, que os festejos comemorativos das estações climáticas simbolizam a fé que temos na generosidade do tempo natural.



3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *lhes damos atribuições do senso comum* (1º parágrafo) = impingimos-lhes qualidades mais simples.
  - (B) *nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças* (1º parágrafo) = nossos preceitos e poderes mentalizados podem nos iludir.
  - (C) *sentidos distintos de tempo se entrecruzam* (2º parágrafo) = acepções cronológicas diversas se interpõem.
  - (D) *é ameaçado pela depressão ou pela recessão* (3º parágrafo) = é prejudicado pela proeminência ou pelo recolhimento.
  - (E) *podemos nos reassegurar (em parte) com a ideia* (3º parágrafo) = somos capazes de nos reassentar (parcialmente) com o conceito.
- 
4. Ao caracterizar o que chama de *nosso sentido comum do tempo* (1º parágrafo), o autor faz ver que
- (A) o modo habitual como entendemos o tempo da rotina impede-nos de reconhecer as ilusórias percepções que advêm dessa compreensão.
  - (B) os vários sentidos que a física reconhece como atributos do tempo são determinantes para que compreendamos a sucessão da rotina.
  - (C) a escala temporal que nos permite dividir o tempo em unidades convencionais é decisiva na organização da nossa rotina cotidiana.
  - (D) a rotina dentro da qual vivemos a nossa divisão do tempo impede em definitivo que reconheçamos as rotinas de outros grupos sociais.
  - (E) as percepções que experimentamos no tempo da rotina tornam-se uniformes por causa das divisões mecânicas a que o submetemos modernamente.
- 
5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Basta estarmos submetidos à paixões, que se usa variar, sem que notemos as percepções que alimentamos em relação à passagem do tempo.
  - (B) Não nos parece de todo mal sentir o fenômeno da diversidade do tempo, segundo hajam variantes em nossas emoções e estados mentais.
  - (C) Confiamos que os ritos festivos sirvam para expressar nosso desejo para que a repetição do tempo propicie o conforto psicológico dos hábitos.
  - (D) Não há quem já não tenha experimentado, vez ou outra, a força com que em cada estado emocional se impõe uma distinta percepção do tempo.
  - (E) Constam entre as características da modernidade a facilidade com que admitimos que os fatos sejam sempre progressivos, conquanto estimulantes.
- 
6. Há forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às regras de concordância na frase:
- (A) Reconhecem-se a natureza e a qualidade do tempo segundo as disposições emocionais a que se esteja submetido.
  - (B) Não hão de se evitar que nossos estados emocionais atuem decisivamente sobre as nossas percepções do tempo.
  - (C) Tanto nos vem marcando os ritmos do progresso a qualquer custo que nossa compreensão do tempo nunca se contrapõem a eles.
  - (D) Mesmo as ações da rotina simples, como tomar café ou ir ao trabalho, deixa-se marcar por bem determinada qualificação do tempo.
  - (E) Entre as várias assertivas do texto figuram, já ao final dele, a de que os antigos ritos e mitos ainda exercem sua força sobre nós.



Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

### Leis da natureza, leis dos homens

As leis gerais da natureza, até onde sabemos, são imutáveis e irrecorríveis, capitaneadas todas por sua Lei maior, a que faz nascer, viver e morrer. Parte da natureza, os homens – não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais – destacaram-se dos demais viventes por desenvolver atributos e habilidades que lhes permitiram associar experiências, produzir conhecimento, desenvolver e articular linguagens. Seres de natureza sociável, logo sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento que tornassem a vida de todos mais protegida e mais colaborativa. Nasceram assim os rudimentos de uma legislação primitiva, transmitida nos gestos da tradição e nos valores passados de boca em boca. Com a escrita, esses dispositivos fixaram-se, formalizaram-se em códigos, criados e administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído.

Ao contrário do que ocorre com as leis naturais, as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis. Elas estão permanentemente convocadas para responder ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais, e abrem espaço para que sejam interpretadas em meio a demandas e conflitos. É missão das leis assegurarem aos homens princípios de civilidade, em distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres. É missão dos legisladores – seja no âmbito influente dos estudiosos do Direito doutrinário, seja no âmbito decisivo dos parlamentares das diferentes casas legislativas – constituírem a melhor formalização possível das leis que venham a reger os interesses essenciais de uma comunidade. A expressão “democrática distribuição da justiça” é o princípio regente, sem o qual ficam os homens abandonados a algum poder discricionário, quando não tirânico e ditatorial. Sem as leis humanas, vigorariam os princípios básicos – segundo alguns, “bárbaros” – dos instintos naturais. Sabemos que a barbárie jamais foi de todo afastada da História, mas sempre podemos perguntar o que seria de nós sem a busca e determinação dos princípios que vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.

(MOURINHO, Geraldo Tomé, inédito)

7. Os atributos de imutabilidade e irrecorribilidade, conforme dispõe o 2º parágrafo do texto,
- (A) constituem-se, com rigor, no âmbito da natureza e encontram sua projeção nos primeiros códigos legislativos.
  - (B) confrontam os direitos básicos do homem, razão pela qual são evitados até mesmo nos casos de um governo discricionário.
  - (C) relativizam-se no plano geral da natureza, quando ocorrem fenômenos incontrolláveis e mutações inéditas.
  - (D) são considerados índices da barbárie que predominava nas sociedades cujo poder central era incontrastável.
  - (E) estão excluídos das legislações que abrem espaço para a atualização dos princípios e a interpretação das leis.
- 
8. No contexto do 2º parágrafo, há uma clara oposição entre estes dois segmentos:
- (A) *ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais // interpretadas em meio a demandas e conflitos.*
  - (B) *estudiosos do Direito doutrinário // parlamentares das diferentes casas legislativas.*
  - (C) *melhor formalização possível das leis // interesses essenciais de uma comunidade.*
  - (D) *algum poder discricionário // distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres.*
  - (E) *“democrática distribuição da justiça” // vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.*
- 
9. A frase *não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais* (1º parágrafo) está colocando uma dúvida quanto
- (A) à força original pela qual o homem acabou por destacar-se e diferenciar-se das demais criaturas.
  - (B) ao estigma ou à graça divina de terem os homens méritos considerados sobrenaturais.
  - (C) ao fato de a natureza estar frequentemente contrariando os desígnios humanos.
  - (D) à razão de ser que levou os homens a constituírem sociedades, a despeito das forças da natureza.
  - (E) ao motivo pelo qual a natureza está sendo destituída de suas forças por criaturas que ela mesma criou.



10. Constituem uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *são imutáveis e irrecorríveis // destacaram-se dos demais viventes* (1º parágrafo).
  - (B) *Seres de natureza sociável // sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento* (1º parágrafo).
  - (C) *Nasceram assim os rudimentos de uma legislação // administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído* (1º parágrafo).
  - (D) *Ao contrário do que ocorre com as leis naturais // as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis* (2º parágrafo).
  - (E) *A expressão "democrática distribuição da justiça" // ficam os homens abandonados a algum poder discricionário* (2º parágrafo).
- 
11. Há perfeita correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Os homens não haveriam de se destacar entre as espécies caso lhes falte o desenvolvimento das propriedades que a natureza lhes legara.
  - (B) Acreditava-se que dos rudimentares princípios jurídicos dos velhos tempos venham a nascer elaborações sofisticadas que chegaram até nós.
  - (C) Não sobrevivesse em tantos homens a fúria dos instintos, não terá sido necessário tanto empenho na criação dos códigos criminais.
  - (D) Aos primeiros legisladores coube a missão de vierem a nos legar os princípios básicos e inquebrantáveis que constituem uma boa legislação.
  - (E) A menos que a sociedade se deixe orientar globalmente pela razão e pelos melhores sentimentos, não há como dispensar o rigor das leis.
- 
12. Para compor adequadamente a frase, o **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado em:
- (A) Não (**cab**er) aos seres de natureza sociável esquivar-se do cumprimento dos códigos legais.
  - (B) Desde o início de sua história (**cumpr**ir) aos homens estipular as melhores normas de convívio.
  - (C) Aos estudiosos do Direito, em todas as épocas, (**compet**ir) a missão de participar ativamente da elaboração das leis.
  - (D) Aqueles em que a ética predomina não (**deix**ar) de medir esforços para que os direitos e deveres sejam bem distribuídos.
  - (E) A um homem justo não (**perturb**ar) os rigores da lei, nem ele os teme em seu posto de honradez.

### Direito Constitucional

13. Acerca da nacionalidade a Constituição Federal dispõe que
- (A) não é possível a concessão de nacionalidade brasileira a estrangeiro residente no Brasil, condenado civilmente.
  - (B) somente por lei complementar será possível estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de Governador do Distrito Federal.
  - (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, em qualquer hipótese.
  - (E) aos portugueses com residência permanente no país; se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição Federal.
- 
14. Os Deputados e Senadores
- (A) não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
  - (B) serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
  - (C) perderão o mandato ainda quando licenciados pela respectiva Casa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, se o afastamento ultrapassar noventa dias por sessão legislativa.
  - (D) poderão optar pela remuneração do mandato quando investidos no cargo de Secretário do Distrito Federal.
  - (E) que abusarem das prerrogativas constitucionais a eles asseguradas não poderão perder o mandato em razão de tal hipótese não estar prevista como incompatível com o decoro parlamentar.



15. A representação de determinado Estado da Federação na Câmara dos Deputados é atualmente de 17 Deputados Federais. Diante disso, à luz da Constituição Federal, a quantidade de Deputados Estaduais na Assembleia legislativa respectiva será de
- (A) 40.
  - (B) 41.
  - (C) 36.
  - (D) 43.
  - (E) 38.

16. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- I. autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- II. apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- III. autorizar referendo e convocar plebiscito.
- IV. fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

#### Direito Administrativo

17. O exercício da convalidação pela Administração pública, nos termos do disposto na Lei nº 9.784/1999, está condicionado à
- (A) natureza jurídica vinculada do ato, tendo em vista que os atos discricionários não podem ser convalidados, porque objeto de juízo personalíssimo do administrador.
  - (B) irretroatividade de seus efeitos, de forma que o ato convalidado só pode produzir efeitos após a data do ato de convalidação.
  - (C) demonstração da existência de vício de qualquer natureza, quando a prática da convalidação se torna de rigor.
  - (D) mesma autoria, ou seja, o mesmo administrador na época da edição do ato viciado e depois, por ocasião da convalidação.
  - (E) que os vícios sejam passíveis de serem sanáveis, como os relativos à forma, e que da convalidação não resulte lesão ao interesse público nem a direito de terceiros.
18. O diretor de uma escola pública entrou em contato com um produtor de frutas da região para viabilizar a entrega de produtos para a merenda dos alunos da unidade que administra. Considerando que faltavam três meses para o fim do ano letivo, o diretor informou que contratariam o fornecimento formalmente para o início do próximo ano, ocasião em que incluiria o pagamento pelo fornecimento já realizado no corrente ano. O produtor concordou, tendo apresentado as notas de entrega dos produtos no início do ano letivo seguinte. A direção da escola, no entanto, havia mudado, cabendo ao novo diretor
- (A) instaurar procedimento para apuração dos serviços efetivamente prestados, tendo em vista que a nulidade do contrato, porque verbal, sem culpa do contratado, não afasta o dever de indenização pelos serviços já executados.
  - (B) indeferir o pagamento de qualquer ressarcimento ao contratado, considerando que contratos verbais firmados com a Administração pública são nulos, deles não sendo possível a geração de efeitos.
  - (C) apurar a efetiva prestação dos serviços e incluir os valores referentes aos serviços pretéritos no novo contrato, caso seja autorizada sua regular formalização.
  - (D) a celebração de contrato distinto para o período pretérito, precedido de processo administrativo para comprovar o efetivo fornecimento dos bens, bem como a atestação de adequação dos mesmos.
  - (E) efetuar o pagamento pelo fornecimento caso fique demonstrado que o valor não supera o montante de R\$ 10.000,00, eis que este valor dispensaria a realização de licitação.



19. De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 840/2008, os funcionários públicos recebem subsídio ou remuneração mensal-mente, que se diferenciam ou se caracterizam por
- (A) serem constituídos de parcela única, admitindo, o subsídio, o acréscimo de vantagens pessoais, periódicas e as de caráter indenizatório.
  - (B) admitirem o acréscimo de vantagens indenizatórias, ainda que a remuneração admita outras, enquanto o subsídio não.
  - (C) não admitirem o acréscimo de vantagens e adicionais, à exceção do abono de permanência.
  - (D) admitirem apenas o acréscimo de abono de permanência e adicionais de caráter eventual, que não integram a retribuição em caráter definitivo.
  - (E) excepcionalmente admitirem o acréscimo de outros valores mensais, sendo as vantagens admitidas exclusivamente para a remuneração.
- 
20. A Administração pública de determinado Município editou decreto instituindo obrigação dos administrados submeterem seus estabelecimentos comerciais e de serviços a mais um procedimento de licenciamento para funcionamento. A medida
- (A) deve ser cumprida pelos administrados porque configura regular exercício do poder normativo pela Administração pública, que pode ter natureza originária quando se tratar de matéria típica de poder de polícia.
  - (B) pode ser sustada ou convalidada pelo Poder Legislativo, pois cabe ao Tribunal de Contas o controle dos atos praticados pelo Executivo no exercício do poder normativo originário.
  - (C) é regular expressão do poder discricionário da Administração pública, mas não poderá haver negativa na expedição da licença ao administrado caso preencha os requisitos constantes do decreto autônomo editado.
  - (D) pode ser questionada no Poder Judiciário sob o fundamento de ter exorbitado os limites do poder normativo do Executivo ao instituir obrigação aos administrados.
  - (E) poderá ser anulada ou revogada pela própria Administração pública ou pelo Poder Judiciário, tendo em vista que o decreto editado abordou matéria reservada à lei, excedendo o poder normativo do Executivo.
- 

#### Processo Legislativo

21. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, que disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal, dispõe, a respeito da estruturação das leis, que
- (A) ementa é a parte do título que qualifica a lei, denominando-a pela sua espécie, distingue a lei de outras da mesma espécie, pela numeração, e situa a lei no tempo, pela sua data.
  - (B) cada uma das espécies de lei tem numeração própria, sendo as leis complementares numeradas pela Câmara Legislativa.
  - (C) a fórmula de promulgação será colocada logo após a ementa e alinhada com o texto da lei, sendo inserida por quem a promulgar.
  - (D) não é permitida a utilização de justificção dos atos que levaram à promulgação da lei, sob a forma de considerando, antes da ordem de execução.
  - (E) as leis são numeradas com algarismos arábicos na ordem crescente de sua publicação e em sequência ininterrupta, sendo que a numeração das emendas à Lei Orgânica tem como início a data da promulgação da Constituição de 1988.
- 
22. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, constitui matéria que pode ser objeto de lei ordinária
- (A) o regime jurídico dos servidores públicos civis.
  - (B) a autorização de privatização, mediante alienação de ações de empresa pública e sociedade de economia mista.
  - (C) a lei que dispõe sobre o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal.
  - (D) o código tributário do Distrito Federal.
  - (E) a lei que dispõe sobre a organização do sistema de educação do Distrito Federal.
- 
23. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições no processo legislativo, que:
- (A) compete privativamente ao Governador a propositura de projeto de lei que vise a conceder gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta, com a previsão de indicação da fonte de custeio em decreto regulamentar.
  - (B) no que se refere às matérias da competência privativa da Câmara Legislativa, decreto legislativo disciplina as matérias de interesse interno da Casa, enquanto as demais matérias são reguladas por resolução.
  - (C) não são admitidas as moções de louvor, aplauso, regozijo ou congratulação.
  - (D) indicação é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa sugere a outro ente da Federação a execução de medidas que não se incluam na competência do Distrito Federal.
  - (E) moção é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa se manifesta para hipotecar apoio ou solidariedade ou para protestar sobre determinado evento.
-

**Realidade do Distrito Federal**

24. Na crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal em 2017, Planaltina e Sobradinho sofreram interrupção no fornecimento de água por alguns dias. A área foi considerada a mais crítica nos períodos de estiagem, pelo presidente da Companhia de Saneamento do Distrito Federal, porque
- (A) é abastecida pela barragem de Santa Maria, que chega ao nível mínimo de sua capacidade.
  - (B) depende do inconstante fornecimento de água pela barragem do Descoberto.
  - (C) o rio Barroco não tem volume de água suficiente para suprir a demanda da população.
  - (D) não dispõe de reservatórios, dependendo exclusivamente dos córregos para ser abastecida.
  - (E) a vazão do rio Capão da Onça nunca é suficiente para atender às suas necessidades.
- 
25. O bioma Cerrado, característico da região do Distrito Federal, ocupa, em relação à área total do Brasil, cerca de
- (A) 10%.
  - (B) 13%.
  - (C) 24%.
  - (D) 2%.
  - (E) 50%.

**Inglês Técnico**

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 e 27, considere o texto abaixo.

**Legislative Management and Information System**

*In May 2001, the Sangguniang Panlalawigan (SP – Provincial Council in English) under the leadership of Vice-Governor Loreto Leo S. Ocampos embarked on the computerization of its legislative function through the acquisition of the “Legislative Management and Tracking System”. The “Legislative Management and Tracking System” or “Legtrack” as it is commonly called, is a software program developed as a tool to track, monitor and store communications, requests, proposed resolutions and ordinances, communications, Sangguniang Bayan Resolutions and ordinances from different municipalities and cities to be acted upon.*

*The Provincial Government only spent sixty-six thousand pesos (P 66,000.00) for the cost of installation, airfare and accommodation of two Philippine Business for Social Progress (PBSP) consultants and the training of five SP personnel on its operation and application. Now, over a million worth of software program was given to the Sangguniang Panlalawigan for free.*

*The SP’s “Legtrack” can be considered as one of the most updated versions of the Tracking System used by different Local Government Units in the country. It also holds the distinction of being the first “Legtrack” to be synced to a Paperless Legislation Program.*

*The actual performance of the Sangguniang Panlalawigan and its individual members can also be gauged through statistics on session attendance; committee meeting attendance; committee reports made, number of resolutions and ordinances authored, sponsored and passed.*

*Furthermore, the System upgrade(s) enhances not only the intellectual capability of the Secretariat but also its technical competence in support to the Sanggunian’s Office vows to be responsive, active and sensitive to the needs of the people. It has undergone a total of seven upgrades over the years.*

(Adapted from <http://sp.misocc.gov.ph/legislative-management-and-information-system>)

26. Segundo o texto, o *Legtrack*
- (A) permite avaliar o desempenho real dos membros do *Sangguniang Panlalawigan*.
  - (B) fornece dados estatísticos sobre o número de leis e decretos em tramitação.
  - (C) substituiu um sistema eletrônico anteriormente usado pelo *Sangguniang Panlalawigan*.
  - (D) exigiu o treinamento pessoal de dois consultores e cinco funcionários.
  - (E) teve sua última atualização há sete anos.
- 
27. De acordo com o texto, o *Legtrack*
- (A) está programado para responder consultas do público em geral.
  - (B) custou mais de um milhão de pesos.
  - (C) exige grande capacidade intelectual do Secretariado.
  - (D) está sincronizado com um Programa de Legislação Sem Papel.
  - (E) é a versão mais atualizada do *Tracking System* usado por outros órgãos do país.





**Atenção:** Para responder às questões de números 28 a 30, considere o texto abaixo.

## **Reno, Nevada, Improves Efficiency while Complying with Stringent Open Meeting Law Requirements**

### **ADAMANT ABOUT TRANSPARENCY**

*The Reno City Council meets regularly to set priorities, approve the budget and address issues facing the community. These meetings are guided by incredibly stringent open meeting law requirements. Staff must post the agenda, along with all supporting materials, on their website at least three days prior to a meeting. Additionally, if any documents are presented during a Council meeting to help make a decision, it must be uploaded within 24 hours after the meeting.*

*As a Senior Management Analyst, Jaime Schroeder has been responsible for all staff reports, supporting materials and the agendas for the Reno City Council and the Reno Redevelopment Agency Board since early 2012. Back then, the agency was using a government shareware product. "We realized we had quickly outgrown that system," recalls Jaime.*

*The City's communications and technology departments conducted a thorough search of alternatives and narrowed the list down to three contenders. "We looked at Accela Legislative Management and realized it was the full package," says Jaime. "It was something we felt we could implement and get comfortable with quickly."*

### **HOW ACCELA EMPOWERS RENO**

*One of the things Jaime appreciates about Accela is that "they believe in their product so much, you don't have to sign on for a year. With Accela, we didn't feel they were trying to get the most money they could from the agency. We felt they truly were a company that wanted to work with us and were understanding of all the different requirements we had."*

*City Council meetings are on average four to six hours long. In the past, citizens had to fast forward and rewind through an entire meeting online in order to find what they were looking for. "The great thing about this product and why we chose it is that the video of each meeting is integrated with the meeting documents and it also has time-stamp features, making it easy for staff and citizens to quickly find what they're interested in. I love that transparency."*

### **THE BOTTOM LINE**

*Once a document is posted online, staff and citizens alike can access it through a meeting portal 24/7. When citizens request a Council or staff report, employees can simply direct them to the portal, where they can click on the meeting date, see the agenda and then click on the item that interests them. When the media requests information, the Communications department can send links to staff reports online, saving time, paper and money and helping to ensure accurate media coverage.*

*In the future, the City of Reno is looking forward to using the electronic voting feature available within Accela Digital Boardroom that shows meeting participants' votes on a screen during the meeting in real time.*

(Adapted from <https://www.accela.com/company/customers/success-stories/reno>)

28. De acordo com o texto,

- (A) as reuniões do Conselho Municipal são semanais e têm duração média de quatro a seis horas.
- (B) a pauta das reuniões do Conselho Municipal deve ser publicada no site com um mínimo de três dias de antecedência.
- (C) toda documentação referente a uma reunião do Conselho Municipal deve ser publicada, no máximo, 24 horas após a reunião.
- (D) as reuniões do Conselho Municipal e da diretoria da Redevelopment Agency são transmitidas ao vivo.
- (E) qualquer pessoa tem acesso aos vídeos, mas não à documentação das reuniões do Conselho Municipal.

29. Segundo o texto,

- (A) Jaime Schroeder se deu conta de que o *shareware* usado já não satisfazia as necessidades da Redevelopment Agency.
- (B) o critério que prevaleceu na escolha do novo *software* foi a idoneidade da empresa produtora.
- (C) o *software* escolhido fornecia uma licença de uso de um ano.
- (D) os desenvolvedores do Accela não se mostraram muito receptivos aos requisitos da Redevelopment Agency.
- (E) o *software* custava mais do que o esperado, mas oferecia um pacote completo de funcionalidades.

30. De acordo com o texto,

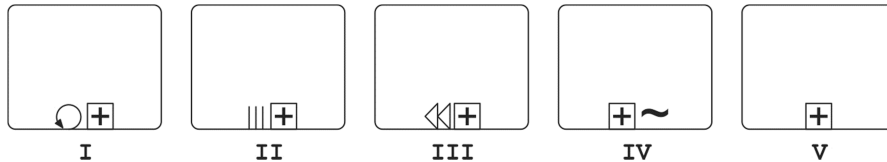
- (A) o novo portal das reuniões está sendo muito apreciado tanto pelos membros do Conselho quanto pelos cidadãos em geral.
- (B) toda atualização do portal é realizada no período entre 0h00 e 7h00.
- (C) informações solicitadas pela imprensa podem ser atendidas mediante envio do *link* dos relatórios dos membros do Conselho Municipal.
- (D) o painel eletrônico de votação é mais uma funcionalidade do Accela Legislative Management já implantada.
- (E) os vídeos das reuniões ainda demandam paciência para se encontrar a informação desejada.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em uma organização orientada por processos que utiliza o BPM CBoK para identificar e fornecer uma visão geral das áreas de conhecimento necessárias para a prática de gerenciamento de processos de negócio, o papel responsável por *garantir e prestar contas pelo sucesso do desenho, do desenvolvimento, da execução e da realização de um processo de negócio completo, de ponta a ponta, prestando contas acerca do desempenho do processo e atuando como um defensor do seu processo junto às demais áreas* é o
- (A) Dono do Processo.
  - (B) Gerente do Processo.
  - (C) Analista do Processo.
  - (D) Patrocinador do Processo.
  - (E) Analista de Negócio.

32. Um subprocesso pode possuir detalhes internos modelados usando atividades, *gateways*, eventos e fluxos de sequência. A BPMN 2.0 especifica 5 tipos de marcadores padrão para subprocessos na forma contraída, mostrados abaixo.



Como estes marcadores permitem algumas combinações, é correto afirmar que o marcador

- (A) *loop* (I) pode ser usado em combinação com qualquer um dos outros marcadores, exceto com o marcador de *compensation* (III).
  - (B) *multi-instance* (II) pode ser usado em combinação com qualquer um dos outros marcadores, exceto com o marcador de *loop* (I).
  - (C) *ad hoc* (IV) pode ser usado em combinação com qualquer um dos outros marcadores, exceto com o marcador *loop* (I).
  - (D) *compensation* (III) pode ser usado em combinação com qualquer um dos outros marcadores, exceto com o marcador *multi-instance* (II).
  - (E) *multi-instance* (III) só pode ser usado em combinação com o marcador *ad hoc* (IV).
33. Considere, por hipótese, que a equipe de Analistas de Sistemas da Câmara Legislativa do DF decidiu que certas frustrações de curto prazo seriam aceitas para se obterem compensações de médio e longo prazos. Com base nesta filosofia foram determinados, a partir dos objetivos estratégicos, indicadores, métricas e medidas de desempenho de processo, assim como o gerenciamento de desempenho de processos interfuncionais. Considerando que a instituição segue as recomendações do BPM CBoK versão 3, usando um modelo de maturidade com escala de 1 a 5 (sendo 1 o nível de maturidade mais baixo e 5 o nível de mais alta maturidade), a Câmara Legislativa encontra-se no nível maturidade
- (A) 1.
  - (B) 3.
  - (C) 4.
  - (D) 5.
  - (E) 2.
34. Considere, por hipótese, que na CLDF os gestores tradicionais estão se mostrando incapazes de adaptar sua forma de pensar baseada em silo organizacional (cada área de trabalho preocupada somente com seus fluxos de trabalho) para uma forma de gerenciamento de processos de negócio ponta a ponta, com medo de perderem influência. Como a instituição já amadureceu no gerenciamento de processos de negócio, discutam-se maneiras de fazer com que vários processos operem juntos para assegurar uma entrega efetiva de valor. Nesse contexto, uma solução proposta no BPM CBoK versão 3 para fornecer direcionamento e esclarecer os limites de alçada de decisão para habilitar a transformação de processos interfuncionais e intrafuncionais ou programas de gerenciamento bem-sucedidos é
- (A) ter uma estrutura clara de governança.
  - (B) capacitar o corpo de gestores para novas tecnologias.
  - (C) definir claramente os papéis na instituição.
  - (D) contratar gestores mais experientes e atualizados.
  - (E) certificar a instituição em gerenciamento de processos de negócio.
35. Para acelerar a criação de uma arquitetura de processos, a equipe de Analistas de Sistemas optou por adotar um modelo de referência para a definição dos principais processos interfuncionais da organização. Este modelo, usado para dar apoio ao gerenciamento corporativo de processos para diferentes tipos de organizações, proposto pela *American Productivity & Quality Center* e indicado pelo BPM CBoK versão 3, representa uma série de processos inter-relacionados que são considerados de missão crítica, podendo ser utilizado para permitir a compreensão do funcionamento interno da organização a partir de um ponto de vista de processo horizontal, em vez de um ponto de vista funcional vertical. O modelo de referência adotado foi
- (A) Enhanced Process Operations Map (EPOM).
  - (B) Enterprise Resource Process (ERP).
  - (C) Information Technology Infrastructure Library (ITIL).
  - (D) Value Reference Model (VRF).
  - (E) Process Classification Framework (PCF).



36. O Gerenciamento do escopo do projeto inclui o processo Coletar Requisitos, que faz parte do grupo de processos de planejamento. Um Analista de Sistemas, trabalhando neste processo, recebeu um conjunto de documentos que inclui os planos de gerenciamento do projeto e das partes interessadas, o termo de abertura do projeto e o registro das partes interessadas. Em seguida, utilizou algumas técnicas para coletar os requisitos, que incluem entrevistas, oficinas, grupos de discussão, questionários, pesquisas, protótipos, *benchmarking*, diagramas de contexto, atividades em grupo e análise de documentos. Seguindo as recomendações do Guia PMBoK 5ª edição, o Analista deverá gerar como saída
- (A) a lista de requisitos funcionais e não funcionais e o plano de gerenciamento de requisitos.
  - (B) a documentação de requisitos e a matriz de rastreabilidade dos requisitos.
  - (C) a documentação de requisitos e os diagramas de casos de uso.
  - (D) o plano de gerenciamento dos requisitos e a matriz de rastreabilidade dos requisitos.
  - (E) a documentação de requisitos e a especificação do escopo do projeto.
- 
37. Para que possa utilizar as ferramentas e técnicas necessárias para estimar os custos e determinar o orçamento de um projeto utilizando o PMBoK 5ª edição, um Analista de Sistemas precisa definir as entradas dos processos “Estimar os custos” e “Determinar o orçamento”, do grupo de processos de planejamento do projeto. Dentre as entradas comuns a estes processos estão
- (A) o plano do gerenciamento dos custos e os requisitos de recursos financeiros do projeto.
  - (B) o cronograma do projeto e os fatores ambientais da empresa.
  - (C) o cronograma do projeto e o registro de riscos.
  - (D) as estimativas de custos das atividades e o cronograma do projeto.
  - (E) o termo de abertura do projeto e o plano de gerenciamento dos custos do projeto.
- 
38. Uma Analista de Sistemas está trabalhando no processo de identificação das pessoas, grupos ou organizações que podem ter impacto ou serem impactados por uma decisão, atividade ou resultado do projeto. Nesse processo de identificação das partes interessadas, segundo o PMBoK 5ª edição,
- (A) o termo de abertura do projeto pode ser usado como entrada, já que pode fornecer informações sobre as partes internas e externas relacionadas e afetadas pelo resultado ou a execução do projeto, tais como patrocinadores, clientes, membros da equipe, grupos e departamentos que participam do projeto.
  - (B) se um projeto for o resultado de uma atividade de aquisição ou estiver baseado em um contrato estabelecido, as partes desse contrato são as principais partes interessadas do projeto. Já partes indiretamente ligadas ao projeto, como fornecedores, não devem ser consideradas na lista das partes interessadas.
  - (C) fatores ambientais da empresa como cultura e estrutura da organização e padrões (governamentais, do setor, regionais, locais ou globais), assim como práticas ou hábitos, não podem exercer influência na definição das partes interessadas no projeto.
  - (D) a análise de partes interessadas só pode ser usada como técnica de coleta e análise sistemática de informações quantitativas para determinar os interesses que devem ser considerados durante todo o projeto. Já a análise qualitativa deve ser feita por técnicas estatísticas como o diagrama de Pareto.
  - (E) não é recomendável solicitar a opinião de grupos ou pessoas que tenham conhecimento especializado na área em questão para identificação das partes interessadas, pois opiniões podem ser emitidas por interesse ou podem ser parciais.
- 
39. Para atender à dimensão Público Alvo do Modelo de Excelência em Gestão Pública, um Gestor Público deve adotar, dentre outras, práticas direcionadas
- (A) à identificação e avaliação dos principais aspectos sociais relacionados à atuação do órgão público ou entidade.
  - (B) à identificação de possíveis parcerias com agentes públicos e privados e potenciais conflitos de atuação.
  - (C) à estruturação do processo decisório de forma a favorecer a decisão célere e voltada para a geração de valor social.
  - (D) à manutenção de mecanismos efetivos para a atuação pautada pelo corporativismo institucional.
  - (E) ao atendimento à Lei de Acesso à Informação e ao gerenciamento da qualidade do atendimento ao público.
- 
40. Na Avaliação Continuada da Gestão Pública, o Instrumento de Avaliação da Gestão Pública utiliza uma escala de pontuação de 0 a 1000 pontos. Para uma organização ser considerada “classe mundial”, ou seja, detentora de práticas empreendedoras caracterizadas pela inovação, criatividade, pelo alto grau de resolutividade em relação às necessidades e expectativas dos seus cidadãos e pela capacidade de otimizar a aplicação dos seus recursos, ela precisa obter resultados muito próximos ou superiores a
- (A) 200 pontos.
  - (B) 700 pontos.
  - (C) 350 pontos.
  - (D) 500 pontos.
  - (E) 540 pontos.
- 
41. Com relação aos efeitos das mudanças dos paradigmas no mundo contemporâneo e seus efeitos na Administração Pública, a efetivação do desenvolvimento sustentável, que contempla não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o social e ambiental, exige ações
- (A) complexas, que não dependem apenas de um único ator, no caso, o poder público.
  - (B) simples de conscientização social, que podem ser difundidas por meio do sistema público de educação.
  - (C) complexas, que dependem exclusivamente da ação do Estado na criação de leis que regulamentem a sustentabilidade.
  - (D) complexas, que dependem do controle dos meios de produção pelo Estado de forma sustentável.
  - (E) simples, que contemplem políticas públicas voltadas para garantir o desenvolvimento sustentável.



42. O Prêmio Nacional da Gestão Pública tem a finalidade de reconhecer e premiar as organizações públicas que comprovem alta qualidade do seu sistema de gestão, com elevado desempenho institucional. Este prêmio
- (A) foi criado apenas para organizações públicas brasileiras dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na esfera federal.
  - (B) tem por base o Modelo de Excelência em Gestão Pública para a avaliação da qualidade do sistema de gestão de cada candidata.
  - (C) é restrito à colaboração e integração de organizações públicas, privadas e servidores públicos.
  - (D) não pode ser concedido mais de uma vez à mesma organização, mesmo que esta apresente melhorias em relação ao ciclo anterior no qual foi avaliada.
  - (E) permite a classificação das organizações nas categorias: Governança, Inovação, Tecnologia, Sustentabilidade e *Compliance*.

43. Uma Analista de Sistemas está trabalhando no processo Planejar o gerenciamento da qualidade com base no guia PMBoK 5ª edição, utilizando como ferramentas os dois tipos de diagramas descritos abaixo.

#### Diagrama I

A especificação do problema colocada no diagrama é usada como um ponto de partida para seguir a fonte do problema até à sua causa-raiz acionável. A especificação do problema tipicamente descreve o problema como uma lacuna a ser fechada ou um objetivo a ser alcançado. As causas podem ser encontradas olhando para a especificação do problema e perguntando "Por quê?" até que a causa-raiz acionável seja identificada ou até que as possibilidades razoáveis em cada diagrama sejam esgotadas. Este tipo de diagrama é frequentemente útil na conexão dos efeitos indesejáveis vistos como uma variação especial à causa atribuível sobre a qual as equipes de projeto devem implementar ações corretivas para eliminar a variação especial detectada em um gráfico de controle.

#### Diagrama II

Utiliza gráficos de barras verticais na identificação de algumas fontes críticas responsáveis pela maioria dos efeitos de um problema. As categorias mostradas no eixo horizontal existem como uma distribuição de probabilidades válidas que representam 100% das possíveis observações. As frequências das ocorrências de cada causa especificada listada no eixo horizontal diminuem em grandeza até que a fonte padrão intitulada "outra" responsabilize-se por quaisquer causas não especificadas. Este diagrama é normalmente organizado em categorias para medir frequências ou consequências.

Os diagramas I e II são, correta e respectivamente,

- (A) Fluxogramas e Histogramas.
  - (B) de Dispersão e de Causa e Efeito.
  - (C) de Controle e de Dispersão.
  - (D) de Ishikawa e de Pareto.
  - (E) de Pareto e de Projeção.
44. Considere, por hipótese, que a Câmara Legislativa está implantando um modelo de Gestão por Competências e um Analista de Sistemas foi designado para fazer parte da equipe. Na etapa de diagnóstico das competências existentes decidiu-se pelo levantamento do *gap* de competências da Câmara, ou seja, a inaptidão. O *gap* de competências é encontrado por meio das avaliações de domínio e de importância, contrastando-se o grau de domínio apresentado pelos servidores ou gestores e o grau de importância que cada competência tem. Com base no valor do *gap* são priorizadas as capacitações. Para ajudar nesta etapa, optou-se pela adoção da fórmula abaixo para cálculo do *gap* de competências.

#### Dados:

$$G = I \times (N - D)$$

G = *Gap* de competência.

I = Importância da competência.

N = Nível máximo de importância da escala utilizada (foi utilizada uma escala de 1 a 5).

D = Domínio do assunto pelo servidor.

Considere ainda as duas competências gerenciais de um gestor sendo avaliadas e os respectivos valores de D e I:

- C1: Acompanhar o trabalho da equipe, corrigindo erros e propondo soluções: I = 5 e D = 1;
- C2: Manter o equilíbrio emocional, sendo flexível nas discussões, inclusive nos momentos de tensão: I = 1 e D = 4.

Após fazer o cálculo dos *gaps* (G) das competências C1 e C2, o Analista de Sistemas conclui corretamente que o gestor

- (A) tem grande deficiência em seu equilíbrio emocional, pois seu *gap* resultou em 1.
- (B) deve ter baixa prioridade em capacitações ligadas ao trabalho colaborativo e em equipe, já que mostra-se competente para identificar e corrigir erros da equipe e propor soluções.
- (C) tem uma competência que apresenta alta importância, mas baixo nível de domínio, cujo *gap* 20 indica que demanda, de forma urgente, ações de capacitação.
- (D) deve ter alta prioridade em capacitações ligadas à inteligência emocional, visando melhorar o equilíbrio de suas emoções em situações tensas e que envolvem discussões.
- (E) tem grande competência para acompanhar o trabalho da equipe, corrigir erros e propor soluções, pois seu *gap* resultou em 20.



45. Uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa participa de diversas reuniões com diferentes tipos de gestores na instituição. Em quatro reuniões distintas ela observou quatro perfis diferentes de liderança, que resumiu da seguinte maneira:
- Líder 1: é do tipo “Venha comigo”: mobiliza a equipe na direção de uma visão comum, concentrando-se nos objetivos finais, mas sem dizer como cada membro da equipe deve chegar lá.
  - Líder 2: é do tipo “O que você acha?”: constrói o consenso por meio da participação de todos, criando um ambiente de confiança, respeito e liderança participativa.
  - Líder 3: é do tipo “Faça o que eu digo”: exige o cumprimento de uma ordem imediata, esperando total conformidade naquilo que foi solicitado.
  - Líder 4: é do tipo “Tente isso”: age como um *coaching*, de forma a desenvolver a sua equipe para o futuro.

Ao considerar que os estilos de liderança têm sua base na inteligência emocional, a Analista conclui que

- (A) a associação correta e respectiva, dos líderes de 1 a 4 é autoritário, democrático, coercitivo e treinador; mas é importante que o líder seja flexível e seja capaz de mudar de estilo em função de diferentes situações.
  - (B) na liderança do tipo 3 deve existir moderação, pois o excesso de ideias e a falta de objetivos concretos podem tornar o consenso ilusório e os resultados distantes.
  - (C) o estilo de liderança do tipo 2 funciona melhor quando o líder quer verdadeiramente ajudar os membros de sua equipe a se tornarem bem-sucedidos individualmente.
  - (D) a associação correta e respectiva, dos líderes de 1 a 4 é coercitivo, paternalista, direcionador e treinador; mas é importante que o QI – coeficiente de inteligência do líder se sobressaia em relação ao seu QE – coeficiente emocional.
  - (E) o líder do tipo 1 exige a excelência de sua equipe e, muitas vezes, utiliza a si próprio como modelo a ser seguido pelas pessoas que o cercam.
- 
46. Considere, por hipótese, que na Câmara Legislativa foi solicitada uma reunião entre gestores para solucionar um problema de mudança de salas. Havia ocorrido um problema com os dutos de ar-condicionado e o gestor de TI solicitava a outro gestor que este cedesse suas salas com ar-condicionado para acomodar os computadores servidores e outros equipamentos que não podiam sofrer superaquecimento. A mudança de salas implicava que o pessoal do outro gestor ficaria em salas mais quentes. Após intensos e calorosos debates, a reunião finalizou-se sem acordo e foi criado um grande conflito entre as partes. Em uma segunda reunião, um Analista de Sistemas foi convidado a atuar para a solução do conflito.
- Nesse cenário, a reunião pode ocorrer na forma de
- (A) autocomposição, permitindo ao Analista atuar de forma ativa na sugestão e formulação da solução do conflito que seja adequada para ambas as partes, apontando vantagens e desvantagens para as mesmas, influenciando-as a aceitar o acordo.
  - (B) conciliação, permitindo ao Analista atuar somente aproximando as partes, criando um ambiente adequado para o diálogo, facilitando o acordo entre as partes, sem fazer sugestões ou interferir diretamente no acordo.
  - (C) arbitragem, fazendo com que o Analista atue como um advogado e, após ouvir as partes, redija um ofício a ser encaminhado à alta administração para que o caso seja solucionado através da Justiça.
  - (D) mediação, permitindo ao Analista atuar como um terceiro imparcial, que não interfere na possível solução para o conflito, mas ajuda as partes a restabelecerem a comunicação entre elas, as quais deverão encontrar uma solução plausível para ambas.
  - (E) negociação, fazendo com que o Analista atue como um juiz e imponha às partes como o conflito será solucionado. Mas antes da decisão imposta, o Analista permite a negociação entre as partes.

- 
47. Considere, por hipótese, que uma Analista de Sistemas foi convidada a proferir uma palestra sobre técnicas de gestão de projetos e indicadores de desempenho de projetos, uma vez que a Câmara Legislativa trabalha com Gestão por Projetos. Em sua palestra, a Analista afirmou corretamente que
- (A) Estrutura Analítica de Projeto – EAP é uma técnica de gestão com foco em simplificar a estrutura e identificar quais são os principais estágios do projeto. Para isso, utiliza-se um quadro dividido em colunas que representam os estágios de execução de uma tarefa: a fazer, fazendo e concluído.
  - (B) Caminho Crítico é uma das melhores técnicas de gestão de projetos para avaliar o desempenho de projetos que possuem longo prazo e diversas implicações ao longo do caminho, como um fluxo de caixa mensal. Seu propósito é acompanhar o ciclo de vida de um projeto, avaliar seu histórico e comparar o que foi projetado com o que foi realizado a cada período.
  - (C) o Gráfico de Gantt é uma técnica que objetiva melhorar o gerenciamento do tempo do projeto. Cada período Gantt é uma sessão de trabalho de 25 minutos seguida de uma pausa; essa pausa vai aumentando 5 minutos de acordo com a quantidade de Gantts que já passaram e tudo é registrado em um gráfico.
  - (D) retorno sobre o investimento, ou ROI, é um indicador que proporciona a medida do gasto do orçamento e avanço do projeto, comparando o que já foi realizado do cronograma com a quantidade de recursos prevista. Essa comparação permite a análise dos gastos no sentido de indicar o que não representa real progresso no desenvolvimento do projeto e mostra o quanto se gastou até então no desenvolvimento das tarefas.
  - (E) o Índice de Desenvolvimento do Prazo-IDP garante a demonstração do que já foi realizado, contrapondo-se ao que foi programado. O cálculo é feito por meio da expressão: valor agregado das entregas / valor planejado para as entregas. O valor 1 indica que as atividades do projeto estão dentro dos prazos, maior que 1 que o projeto está sendo realizado antes do esperado e menor que 1, que o projeto está em atraso e precisa ser revisto.



48. Considere, por hipótese, que um Analista de Sistemas da Câmara Legislativa está participando, como Integrante Técnico, do Estudo Técnico Preliminar e da elaboração do Termo de Referência de uma solução de TI a ser adquirida pela instituição. Na parte técnica da solução encontram-se, dentre outros, os requisitos abaixo.
- I. O protocolo LDAP v3 deverá ser utilizado para acesso geral ao diretório OpenLDAP.
  - II. O código HTML deve ser organizado de forma lógica e semântica. A marcação semântica adequada deve ser utilizada para designar os cabeçalhos (h1, h2, h3), as listas (ul, ol, dl), texto enfatizado (*strong*), marcação de código (*code*), marcação de abreviaturas (abbr), marcação de citações longas (*blockquote*) etc.
  - III. O protocolo Internet Message Access Protocol – IMAP deverá ser utilizado para acesso remoto à caixa postal.
  - IV. Todas as funções da página desenvolvidas utilizando-se linguagens de *script* (Javascript) devem ser programadas, primeiramente, para o uso com teclado. O foco não deverá estar bloqueado ou fixado em um elemento da página, para que o usuário possa mover-se pelo teclado por todos os elementos.
  - V. Permitir o uso do Decom Digital que permite o envio eletrônico de documentos no âmbito de petições e de processos de defesa comercial, bem como a visualização desses documentos a qualquer momento.

Seguindo as orientações da Instrução Normativa nº 4/2014 – SLTI/MPOG, como Integrante Técnico, o Analista

- (A) deve apenas verificar a viabilidade dos requisitos técnicos e, no caso dos requisitos II e III, checar se estão de acordo com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).
  - (B) tem a responsabilidade de definir os requisitos tecnológicos do Termo de Referência e, no caso dos requisitos I e III, verificar se estão de acordo com especificações técnicas definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING).
  - (C) deve rejeitar o requisito V, pois este não tem aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
  - (D) deve rejeitar 3 requisitos e aprovar apenas 2 deles, os que estão de acordo com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).
  - (E) conclui que a solução tem como base a gestão de documentos arquivísticos digitais veiculados pela internet.
49. Considere, por hipótese, que no Termo de Referência (ou projeto básico) conste a opção pelo parcelamento em diversos itens da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada, devidamente comprovados como viáveis tanto técnica como economicamente. De acordo com a Instrução Normativa nº 4/2014 – SLTI/MPOG, nesse caso
- (A) é vedada a formação de consórcio ou subcontratação da Solução de Tecnologia da Informação.
  - (B) são vedadas as licitações e contratações separadas para os itens.
  - (C) o Termo de Referência não poderá ser disponibilizado em consulta ou audiência pública.
  - (D) cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, caso a licitação seja por preço global, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.
  - (E) a definição de cada item do objeto da contratação deverá conter especificações que limitem a competição entre os fornecedores, caso a licitação seja do tipo técnica e preço, de modo a restringir a licitação a empresas que comprovadamente atuem na área específica dos itens a serem desenvolvidos.

50. Considere, por hipótese, que uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa está atuando na posição de Integrante Técnico da equipe de planejamento da contratação de uma Solução de Tecnologia da Informação e há a lista de tarefas a serem realizadas abaixo.
- I. Realizar a estimativa de preço da contratação para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e fundamentada em pesquisa no mercado;
  - II. Especificar os requisitos de experiência profissional da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de Tecnologia da Informação, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros;
  - III. Elaborar o Plano de Fiscalização da contratada, junto ao Gestor do Contrato, incluindo o refinamento ou elaboração de Listas de Verificação e de roteiros de testes com base nos recursos disponíveis para aplicá-los;
  - IV. Definir os critérios técnicos de julgamento das propostas para a fase de Seleção do Fornecedor;
  - V. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório, quando da entrega do objeto resultante de cada Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;
  - VI. Especificar os requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 4/2014 – SLTI/MPOG, são de responsabilidade da Analista APENAS as tarefas relacionadas em

- (A) I, II e III.
- (B) III, V e VI.
- (C) II, IV, V e VI.
- (D) I, II, IV e VI.
- (E) IV, V e VI.



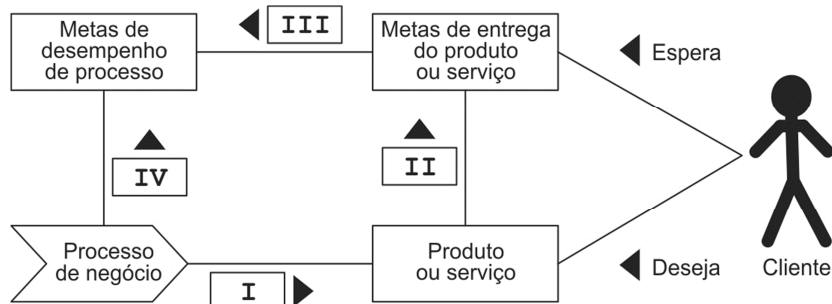
51. Considere o modelo de execução de um contrato, no qual constam as condições necessárias ao fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação listadas a seguir.
- I. Prazos, horários e endereços dos locais para entrega dos equipamentos de *hardware*;
  - II. Documentação exigida de acordo com os modelos adotados pela Câmara;
  - III. Lista com os papéis e responsabilidades, por parte da Câmara e da empresa contratada;
  - IV. Definição das ordens de serviço e dos mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a empresa contratada e a Câmara;
  - V. Definição da forma de pagamento, que será efetuado em função dos resultados obtidos.

Considere, por hipótese, que um Analista de Sistemas da CLDF está atuando como Integrante Técnico da equipe de planejamento da contratação de uma Solução de Tecnologia da Informação e foi solicitado a avaliar o modelo de execução acima. O Analista conclui corretamente que, segundo a Instrução Normativa nº 4/2014 – SLTI/MPOG,

- (A) todos os itens estão de acordo com o previsto para um modelo de execução.
  - (B) a critério da equipe de planejamento da contratação, os elementos de I a V poderão constar como Anexo do Termo de Referência ou Projeto Básico.
  - (C) o item V não pode constar em um modelo de execução.
  - (D) somente o Integrante Técnico pode determinar se os elementos de I a V deverão constar como Anexo do Termo de Referência ou Projeto Básico.
  - (E) o Integrante Técnico não tem em suas atribuições a participação na elaboração ou avaliação do modelo de execução.
- 
52. No âmbito da Análise de Requisitos de Negócio, os requisitos podem ser classificados em quatro tipos: requisitos de negócio, das partes interessadas, da solução e
- (A) interfuncionais, que descrevem explicitamente as funcionalidades e serviços do sistema, documentando como o sistema deve reagir a entradas específicas além do que o sistema não deve fazer.
  - (B) transacionais, que descrevem as necessidades dos *stakeholders* que devem ser cumpridas a fim de alcançar os requisitos de negócio. Podem servir de como uma ponte entre requisitos de negócios e requisitos da solução.
  - (C) de transição, que descrevem as capacidades que uma solução deve ter e as condições para facilitar a transição do estado atual para o estado futuro, mas que não são necessárias para uma mudança completa. Diferenciam-se dos outros tipos de requisitos por serem de natureza temporária, como os relativos à continuidade de negócio, conversão de dados etc.
  - (D) de continuidade, que descrevem as necessidades dos *stakeholders* que devem ser cumpridas a fim de alcançar os requisitos de negócio. Podem servir de como uma ponte entre requisitos de negócios e requisitos da solução.
  - (E) operacionais, que descrevem as capacidades que uma solução deve ter e as condições para facilitar a transição do estado atual para o estado futuro, mas que não são necessárias para uma mudança completa. Diferenciam-se dos outros tipos de requisitos por serem de natureza temporária, como os relativos à operação do negócio, conversão de dados etc.
- 
53. Considere, por hipótese, que uma Analista de Sistemas foi solicitada a propor uma abordagem para a modelagem de processos de negócio da Câmara Legislativa. A Analista esclareceu, corretamente, que a modelagem
- (A) *middle-in* é centrada em fluxos de trabalhos e tarefas e apresenta melhor resultado quando se busca modelar o funcionamento de áreas funcionais.
  - (B) *middle-out* é baseada em uma visão evolutiva do desenvolvimento de um modelo e tipicamente envolve a construção de alguma capacidade de operação com um controle mínimo para ser testada até que os requisitos possam ser determinados com maior precisão.
  - (C) *top-down* envolve a produção de versões iniciais do modelo *as is* com o qual se podem realizar verificações e experimentos visando avaliar algumas características antes que o processo venha a ser construído de forma definitiva.
  - (D) *bottom-up* é mais indicada quando esforços são dispendidos na transformação de processos que começam com o desenvolvimento de um modelo *to be* e, em seguida, são determinadas as ações que precisam ser feitas para implementar este modelo.
  - (E) por prototipação é mais indicada quando não se tem um conhecimento exato do estado futuro, como quando estão sendo utilizadas tecnologias pouco difundidas ou quando os requisitos não são muito claros.



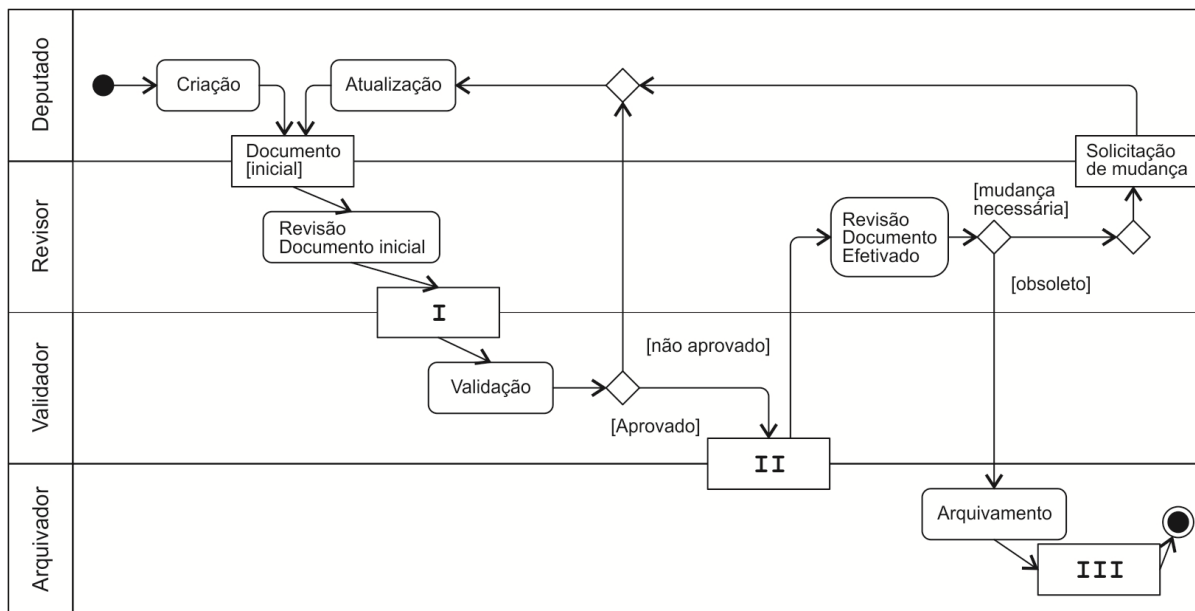
54. Processos de negócio devem ser gerenciados em um ciclo contínuo para manter sua integridade e permitir a transformação. A maioria dos ciclos de vida pode ser mapeada como um ciclo básico PDCA (*Plan-Do-Check-Act*). Uma definição de processo bem planejada na fase *Plan* é essencial para alcançar métricas úteis na fase *Check*, conforme ilustra a figura abaixo. As metas são decompostas em objetivos de desempenho que podem ser estabelecidos para o nível funcional e operacional.



De acordo com o CBoK v.3, ao analisar a figura, conclui-se corretamente que

- (A) a lacuna I deve ser preenchida com “dirige o”, a lacuna II com “define as”, a lacuna III com “são baseadas nas” e a lacuna IV com “define as”.
- (B) se as metas operacionais são atendidas, as metas funcionais são atendidas; se as metas funcionais são atendidas, as metas do processo de negócio são atendidas; se as metas de processo são atendidas, o cliente está satisfeito.
- (C) a lacuna I deve ser preenchida com “entrega”, a lacuna II com “entrega dentro das”, a lacuna III com “cumprem as” e a lacuna IV com “dirige as”.
- (D) somente se as metas do processo de negócio são atendidas, as metas operacionais são atendidas; somente se as metas funcionais são atendidas, as metas operacionais são atendidas; somente se as metas funcionais são atendidas, o cliente está satisfeito.
- (E) as metas de desempenho do processo direcionam todo o fluxo do ciclo PDCA; somente se o produto ou serviço atender essas metas de desempenho, a fase *Plan* se concretiza e o cliente fica satisfeito.

55. Considere, por hipótese, que uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa, ao observar o fluxo da criação ao arquivamento de documentos institucionais por deputados distritais, criou o diagrama UML abaixo.



Nesse diagrama

- (A) os quatro objetos são representados por partições horizontais denominadas *lifelines*.
- (B) de sequência, os elementos Arquivador, Validador, Revisor e Deputado correspondem a *roles* no diagrama de caso de uso.
- (C) de estrutura composta, que é do tipo comportamental, pode-se observar a estrutura estática do sistema de documentação.
- (D) de atividades, a estrutura estática do sistema de documentação é mostrada e suas partes evoluem em diferentes níveis de abstração até se chegar a uma ocorrência de destruição, representada pelo arquivamento do documento.
- (E) as lacunas I, II e III correspondem aos diferentes estados do nó objeto Documento, que não é o único presente no diagrama.





56. Os sistemas operacionais gerenciam uma grande quantidade de recursos e processos, requerendo o uso de algoritmos de escalonamento bem estruturados e eficientes. Nesse contexto, grande parte dos sistemas operacionais utiliza o algoritmo de escalonamento preemptivo que se caracteriza por
- (A) executar o processo no modo FIFO (*First In, First Out*) como um todo até o fim.
  - (B) selecionar e executar os processos por ordem de tamanho crescente SJF (*Shortest Job First*).
  - (C) permitir que um processo seja interrompido durante a execução.
  - (D) executar processos em paralelo para otimizar instruções condicionais.
  - (E) utilizar um *quantum* de tempo fixo para a execução de processos.
- 
57. Considere que um projeto de implantação de uma Rede Local de Computadores (LAN) apresenta em sua especificação o requisito de comunicação com qualidade para cada computador com velocidade de 1 Gbps para uma distância de 100 m. Para atender à essa especificação, a tecnologia ou o padrão deve ser
- (A) 802.11b.
  - (B) CAT 6.
  - (C) 802.11g.
  - (D) CAT 5.
  - (E) 802.11n.
- 
58. Para organizar a gerência de uma Rede Local de Computadores (LAN), o Analista de Sistemas estabeleceu a configuração de VLANs de acordo com a política de uso e o tráfego demandado. Sabendo que as soluções para VLAN de camada 3 são proprietárias em sua grande maioria, o Analista decidiu por implantar a VLAN de camada 2. Para isso ele deve utilizar-se dos recursos definidos pelo padrão IEEE
- (A) 802.1X.
  - (B) 802.3u.
  - (C) 802.1D.
  - (D) 802.3z.
  - (E) 802.1Q
- 
59. A segurança da informação está baseada em pilares ou atributos de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade, irretratabilidade e conformidade. Uma técnica utilizada para verificar e controlar a integridade da informação é
- (A) a função *hash*.
  - (B) o certificado digital.
  - (C) a criptografia de chave simétrica.
  - (D) o *token* criptográfico.
  - (E) a criptografia de chave pública.
- 
60. O administrador de banco de dados utiliza o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) para gerenciar as bases de dados de forma facilitada e eficaz. O SGBD é composto de alguns recursos, dentre os quais, inclui o comando GRANT para atribuir privilégios de acesso a usuários, que é parte de uma linguagem denominada
- (A) DDL.
  - (B) DML.
  - (C) TCL.
  - (D) OCL.
  - (E) DCL.